



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
30 DE JUNHO DE 2024 e 2023**

Porto Alegre, 30 de junho de 2024.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

ÍNDICE

	Página
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	44

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 30/06/2024	Período Anterior 31/12/2023
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		369.645	159.304
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	96.856	49.748
Contas a Receber	(5)	1.906	1.748
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.2) (6)	(438)	(425)
Subvenções a Receber	(7)	220.403	44.018
Estoques	(3.3) (8)	29.189	25.424
Adiantamentos a Empregados	(9)	798	19.243
Tributos a Recuperar		44	50
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	(10)	5.602	5.475
Outras Contas a Receber	(11)	17.702	16.432
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(2.899)	(3.113)
Despesas Antecipadas		482	704
ATIVO NÃO CIRCULANTE		503.525	511.119
Realizável a Longo Prazo	(12)	80.761	124.798
Investimentos	(3.4) (14)	2.933	2.818
Imobilizado	(3.5) (15.1)	418.377	382.463
Direito de Uso de Arrendamentos	(3.7) (15.2)	546	132
Intangível	(3.8) (15.3)	908	908
TOTAL DO ATIVO		873.170	670.423

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 30/06/2024	Período Anterior 31/12/2023
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		917.176	779.608
Fornecedores	(17)	43.007	23.369
Obrigações Trabalhistas	(18)	16.590	6.519
Obrigações Tributárias	(20)	21.768	36.236
Provisões Trabalhistas	(19)	169.372	149.739
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22)	467.161	528.684
Subvenções a Realizar	(23)	192.814	29.494
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (24)	500	133
Outras Contas a Pagar	(25)	5.964	5.434
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		433.427	418.428
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22)	427.408	412.667
Provisão para Riscos Fiscais	(21)	5.960	5.761
Arrendamentos a Pagar	(24)	59	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(477.433)	(527.613)
Capital Social	(26)	270.303	234.036
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	29.247	36.267
Reserva de Reavaliação em Bens Próprios	(28)	16.786	16.978
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	40.781	41.247
Prejuízos Acumulados		(834.550)	(856.141)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		873.170	670.423

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Exercício Atual	Período Anterior	Exercício Anterior
		01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023
RECEITA BRUTA		1.104	1.574	813	1.868
Prestação de Serviços	(30)	1.104	1.574	813	1.868
RECEITA LÍQUIDA		1.104	1.574	813	1.868
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(31)	(476.349)	(924.689)	(426.729)	(842.306)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(475.245)	(923.115)	(425.917)	(840.438)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		26.659	(42.496)	(55.115)	(101.725)
Despesas Gerais e Administrativas	(32)	(45.757)	(86.863)	(37.923)	(76.176)
Outras Receitas Operacionais	(34)	5.322	9.173	3.577	11.246
Outras Despesas Operacionais	(35)	67.094	35.194	(20.769)	(36.795)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(448.586)	(965.611)	(481.032)	(942.163)
Despesas Financeiras	(37)	(1)	(127)	(79)	(181)
Receitas Financeiras	(38)	3.725	6.534	1.924	4.398
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL		(444.862)	(959.204)	(479.187)	(937.946)
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(39)	508.855	980.137	430.318	837.400
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(40)	63.993	20.933	(48.869)	(100.546)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM REAIS		0,57	0,19	(0,43)	(0,89)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Exercício Atual	Período Anterior	Exercício Anterior
		01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023
PREJUÍZO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	(39)	63.993	20.933	(48.869)	(100.546)
Realização da Reserva de Reavaliação	(27)	96	192	96	193
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28.1)	233	466	233	466
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR		64.322	21.591	(48.540)	(99.887)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2023		222.997	11.039	17.363	42.179	(813.204)	(519.626)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	19.986	19.986
Aumento de Capital	(26)	11.039	(11.039)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	17.222	-	-	-	17.222
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(193)	-	193	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	-	-	-	(466)	466	-
Lucro/Prejuízo do Período	(40)	-	-	-	-	(100.546)	(100.546)
Saldos em 30 de junho de 2023		234.036	17.222	17.170	41.713	(893.105)	(582.964)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2024		234.036	36.267	16.978	41.247	(856.141)	(527.613)
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	29.247	-	-	-	29.247
Aumento de Capital	(26)	36.267	(36.267)	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(192)	-	192	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	-	-	-	(466)	466	-
Lucro (Prejuízo) do Período	(40)	-	-	-	-	20.933	20.933
Saldos em 30 de junho de 2024		270.303	29.247	16.786	40.781	(834.550)	(477.433)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		30/06/2024	30/06/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) do Período	(40)	20.933	(100.546)
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações	(15.1) (15.2)	11.633	12.045
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	228	491
Perdas Estimadas com Estoques		59	(8)
Custo do Imobilizado Baixado ou Indenizado		96	57
Provisões e Reversões		(36.528)	35.437
Realização das Subvenções para Custeio	(39)	(980.137)	(837.400)
Doações Recebidas		(3.382)	(5.945)
Lucro (Prejuízo) do Período Ajustado		(987.098)	(895.869)
Redução (Aumento) de Ativos:			
Contas a Receber		(169)	69
Subvenções a Receber		(176.385)	(145.253)
Estoques		(3.823)	1.432
Depósitos Vinculados ou Restituíveis		(127)	(721)
Outras Contas a Receber		60.370	(1.319)
Aumento (Redução) de Passivos:			
Fornecedores		19.638	4.968
Subvenções a Realizar		163.320	159.799
Provisões para Indenizações Cíveis e Trabalhistas		(10.169)	(11.836)
Outras Contas a Pagar e Provisões		16.191	96.126
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	(19.986)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(918.252)	(812.590)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(15.1) (15.3)	(47.405)	(18.562)
Venda de Imobilizado		-	-
Custo do Investimento Transferido para Venda		-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(47.405)	(18.562)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Subvenções para Custeio	(39)	980.137	813.432
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	29.247	17.222
Doações Recebidas		3.382	5.945
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		1.012.766	836.599
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		47.109	5.447
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		47.109	5.447
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		49.747	40.298
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	(4)	96.856	45.745
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		96.856	45.745
Disponibilidades em Conta Corrente		60	147
Disponibilidades em Aplicações Financeiras		96.796	45.598

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

DEMONTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		30/06/2024	30/06/2023
RECEITAS		990.656	850.023
Prestação de Serviços	(30)	1.574	1.868
Subvenção para Custeio	(39)	980.137	837.400
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(228)	(491)
Outras Receitas	(34)	9.173	11.246
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(189.042)	(167.436)
Custo dos Serviços Prestados		(166.096)	(150.200)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(20.343)	(14.253)
Provisão para Indenizações Cíveis		(2.404)	(2.737)
Provisão para Riscos Fiscais		(199)	(246)
VALOR ADICIONADO BRUTO		801.614	682.587
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(15.1) (15.2)	(11.633)	(12.045)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		789.981	670.542
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		6.534	4.398
Receitas Financeiras	(38)	6.534	4.398
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		796.515	674.940
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		796.515	674.940
Pessoal		770.915	771.200
Remuneração Direta		673.175	682.709
Benefícios		41.024	40.447
FGTS		56.716	48.044
Impostos, Taxas e Contribuições		50	54
Federais		-	5
Estaduais		-	-
Municipais		50	49
Remuneração de Capitais de Terceiros		4.617	4.232
Juros		127	181
Aluguéis		4.490	4.051
Remuneração de Capitais Próprios		20.933	(100.546)
Licrô (Prejuízo) do Período	(40)	20.933	(100.546)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(valores em milhares de reais)

NOTA 1 CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Constituída em 26 de julho de 1960 como empresa privada, de capital fechado, com sede em Porto Alegre/RS, a Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição Ltda. teve o nome da sociedade alterado em 10 de outubro de 1967 para Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Com a publicação do Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 07 de março de 1975, 51% das ações do capital social foram declaradas de utilidade pública para desapropriação pela União, na forma do Art. 5º, Alínea “g”, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passando a ser uma estatal dependente controlada pela União (conforme define o Art. 2º, Inciso III da Lei Complementar nº 101/00), está vinculada ao Ministério da Saúde, através do Art. Único, Inciso XVII, Letra “f”, do Anexo do Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019. Em 26 de setembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou a mudança da natureza jurídica para empresa pública e a partir de 09 de novembro de 2017 passou a ter um único acionista, a União. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e à Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações, e à auditorias pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2016 da Portaria nº 2.116, tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. A renovação do referido certificado está em andamento. A Empresa possui interesse social, é de utilidade pública com fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A utiliza em suas transações correntes a moeda funcional vigente em circulação “Real”. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: a) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); b) na opção pelo Regime Tributário de Transição – RTT de 2008 até 2014; c) na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido; d) nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas em 2015 e baixados em dezembro de 2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e contribuições; e) na elaboração da demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pelo Hospital, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da

provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e a amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; f) as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o Art. 4º da Lei nº 9.249/95 e g) os benefícios da isenção das contribuições obtidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Com a obtenção da imunidade das contribuições previdenciárias em 24 de agosto de 2018 e das demais contribuições em 20 de novembro de 2018 as referidas contribuições foram baixadas em agosto e dezembro de 2018, respectivamente. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 22 de julho de 2024.

NOTA 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A base de reconhecimento e mensuração aplicados na preparação das demonstrações, bem como as principais práticas contábeis adotadas estarão elencadas a seguir:

3.1 Receitas e Despesas – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado quando utilizadas, conforme disposto no item 2 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 2017/NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistências Governamentais.

3.2 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Constituída de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo Art. 8º da Lei nº 13.097/15 e com o Art. 71 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (Nota 6).

3.3 Estoques – São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

3.4 Investimentos – As participações em outras empresas são adequadas ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (Nota 14).

3.5 Imobilizado – Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada com base no prazo do contrato de locação do imóvel. Em 2010 foi adotado o custo atribuído conforme Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em

subcontas do imobilizado e em dezembro de 2018, em função da obtenção da imunidade total dos impostos e das contribuições, as subcontas foram eliminadas por não ser mais necessário este controle (Nota 15.1).

3.6 Teste de Impairment – O teste de impairment deve ser aplicado para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo e que aquele evento teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros, se estes puderem ser estimados de forma confiável. No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A a depreciação é calculada com base no tempo de vida útil, e todos os bens que tiverem o custo de recuperação/manutenção maior que 50% do seu valor de mercado são considerados irrecuperáveis e baixados, conforme item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e Inciso IV do Art. 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, razão pela qual o Comitê de Análise do Patrimônio em seu parecer datado de 31 de março de 2019, conclui que “não existem evidências objetivas que justifiquem a realização de teste de recuperabilidade para os ativos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e suas filiais”.

3.7 Direito de Uso de Arrendamentos – É um ativo que representa o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento e está contabilizado no ativo não circulante (Notas 3.9 e 15.2).

3.8 Intangível – Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (Nota 15.3).

3.9 Arrendamentos – São representados pelos contratos de arrendamentos que transferem o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, transferindo substancialmente os riscos e benefícios do arrendador para o arrendatário. Após minuciosa análise de todos os contratos de aluguel, os contratos que se enquadravam na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, foram contabilizados o direito de uso e a depreciação no ativo não circulante e a obrigação no passivo circulante e não circulante (Nota 3.7 e 24).

3.10 Provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda – Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, em 20/11/2018 o Hospital obteve na justiça a imunidade das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, razão pela qual esta provisão também não é mais calculada como já ocorria com o IRPJ desde o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos em 2015.

NOTA 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Numerário Disponível	60	85
Aplicações Financeiras	96.796	49.663
Total	96.856	49.748

São recursos, em moeda nacional, depositados na conta única do governo federal e aplicações financeiras de liquidez imediata, mensurados e avaliados pelo valor do custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

NOTA 5 CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Créditos com Pesquisas	4	4
Sócios Locatários	39	38
Outros Clientes – Estágios	1.863	1.706
Total	1.906	1.748

5.1 Créditos com Pesquisas – São créditos a receber referentes a 10% do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados, para avaliar a eficácia e a segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.

5.2 Sócios Locatários – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que concede a elas o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida e corresponde a 50% do salário mínimo nacional.

5.3 Outros Clientes – Estágios – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes a estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de outras instituições de ensino, da área da saúde, como medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, odontologia, graduação e técnicos de enfermagem, radiologia e nutrição.

NOTA 6 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Contas	Período Atual				Período Anterior			
	30/06/2024				31/12/2023			
	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total
ATIVO CIRCULANTE								
Contas a Receber								
Sócios Locatários	(37)	(1)	-	(38)	(36)	(1)	-	(37)
Outros Clientes	(389)	(19)	8	(400)	(57)	(409)	77	(389)
Subtotal	(426)	(20)	8	(438)	(93)	(410)	77	(426)
Outras Contas a Receber								
Devolução e Abat. a Fornecedores	(2.830)	(226)	459	(2.597)	(2.287)	(848)	305	(2.830)
Adiantamentos a Empregados	(187)	(39)	20	(206)	(108)	(109)	30	(187)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(96)	-	-	(96)	(3.375)	(88)	3.367	(96)
Subtotal	(3.113)	(265)	479	(2.899)	(5.770)	(1.045)	3.702	(3.113)
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Município de Porto Alegre	(3.335)	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	(3.335)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(5.035)	-	-	(5.035)	(10.523)	(3.357)	8.845	(5.035)
Multimed Equip. Eletrônicos Ltda.	(84)	-	-	(84)	(84)	-	-	(84)
Africanamente Centro de Pesquisas	(61)	(2)	-	(63)	-	(62)	1	(61)
Subtotal	(8.515)	(2)	-	(8.517)	(13.942)	(3.419)	8.846	(8.515)
Total	(12.054)	(287)	487	(11.854)	(19.805)	(4.874)	12.625	(12.054)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 7 SUBVENÇÕES A RECEBER

Contas		Período Atual				
		30/06/2024				
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento do Exercício	Suplementação/ Remanejo	Valor Recebido	Cancelado/ Remanejo	Saldo Final
Manutenção do Custeio	37.094	275.673	-	(158.527)	(1.684)	152.556
Reformas	6.598	3.358	-	(4.058)	-	5.898
Atenção à Saúde	326	-	-	(160)	-	166
Crédito Extraordinário MP - 1218/24	-	-	62.500	(717)	-	61.783
Total	44.018	279.031	62.500	(163.462)	(1.684)	220.403

Contas		Período Anterior				
		31/12/2023				
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento do Exercício	Suplementação/ Remanejo	Valor Recebido	Cancelado/ Remanejo	Saldo Final
Manutenção do Custeio	32.000	270.000	41.560	(305.576)	(890)	37.094
Reformas	450	18.499	-	(3.158)	(9.193)	6.598
Covid-19	669	-	-	(80)	(589)	-
Atenção à Saúde	-	326	-	-	-	326
Descentralização Ofício 130/2023	-	10.000	-	-	(10.000)	-
Total	33.119	298.825	41.560	(308.814)	(20.672)	44.018

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais estão registradas no ativo circulante com contrapartida no passivo circulante as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde, pelo total de recursos disponibilizados para o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. no Orçamento da Seguridade Social aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 e nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, os valores são baixados desta conta (Notas 23 e 39). As subvenções são utilizadas para custear as despesas com:

7.1 Manutenção do Custeio – São recursos recebidos para prestação de serviços que integram o Orçamento da Seguridade Social. Foram apropriados no exercício de 2024 R\$ 277.356 para manutenção de custeio.

7.2 Covid-19 – No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19. Os repasses recebidos no primeiro semestre de 2023 são oriundos de restos a pagar. Em 2024 a mencionada ação também não recebeu créditos orçamentários.

7.3 Reformas e Demais Custeios – Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas) e demais despesas de custeio em geral. Foram apropriados no exercício de 2024 R\$ 3.713 para reformas.

7.4 Atenção à Saúde – Por meio da Emenda 19/2023 foram destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. recursos orçamentários para atender ações de atenção à saúde nos serviços ambulatoriais e hospitalares no município de Porto Alegre/RS.

7.5 Descentralização Ofício 130/2023 – Foram destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. recursos orçamentários, entretanto houve cancelamento no mesmo período de 2023. Em 2024 não foram recebidos créditos orçamentários para esta finalidade.

7.6 Crédito Extraordinário MP 1218/24 – Reforço de dotação recebido por meio de recursos extraordinários para o atendimento de medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, justificados pelos desastres naturais, gerando prejuízos sem precedentes, em sua extensão, prejudicando de forma intensa e inesperada a população e as atividades econômicas nas diversas regiões atingidas.

NOTA 8 ESTOQUES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Almoxarifados	24.644	21.188
Farmácias	2.796	2.739
Subalmoxarifados	2.044	1.754
Perdas Estimadas com Estoques	(295)	(257)
Total	29.189	25.424

Os valores dos itens de estoque são revertidos para o resultado, em obediência ao regime de competência quando do seu consumo nas atividades da entidade. Os estoques se compõem de materiais a serem consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento. Observa-se uma variação aumentativa no saldo do primeiro semestre de 2024 quando comparado com o encerramento do exercício anterior.

NOTA 9 ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Férias	176	18.851
Salários – Saldo Devedor	426	359
Décimo Terceiro Salário	19	19
Vale Transporte	17	14
Suprimento de Fundos	160	-
Total	798	19.243

O saldo de adiantamento de férias é descontado dos empregados. O valor registrado como décimo terceiro refere-se a outros exercícios não descontados de empregados. O vale transporte e o saldo devedor são valores que não puderam ser descontados dos empregados por estarem afastados do trabalho sem receber salário, ou estão sendo descontados parceladamente. O valor do suprimento de fundos se refere ao limite de crédito colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal.

NOTA 10 DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas	Período Atual					Período Anterior				
	30/06/2024					31/12/2023				
	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final
Retido de Fornecedores	5.419	1.735	151	(1.761)	5.544	3.803	3.372	105	(1.861)	5.419
Trabalhistas	56	-	2	-	58	54	-	4	(2)	56
Total	5.475	1.735	153	(1.761)	5.602	3.857	3.372	109	(1.863)	5.475

Os valores retidos de fornecedores em cumprimento ao Art. 45, Inciso IX, Alínea “a” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC, visam garantir o pagamento dos encargos trabalhistas quando devidos pelas empresas terceirizadas aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. Os depósitos trabalhistas estão vinculados a ações judiciais em andamento.

NOTA 11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	341	221
Cessão de Pessoal a Outras Entidades	109	122
Devoluções, Abatimentos e Multas a Fornecedores	3.899	3.853
Adiantamentos a Terceiros	1.089	905
Processos Seletivos	913	594
Créditos a Receber de Ações Judiciais	10.348	9.872
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	5	4
Outros Créditos a Receber – Aluguéis	8	11
Outros Créditos a Receber – Exclusividade Prestação Serviços Bancários	779	732
Outros Créditos a Receber – Rendimento de Aplicações Financeiras	194	102
Outros Créditos a Receber – Gestão Cadastro Empréstimos Consignados	17	16
Total	17.702	16.432

11.1 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – Funcionários que foram cedidos a diversas Secretarias Municipais do Estado do Rio Grande do Sul e para as Secretarias de Saúde dos Estados do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e do Distrito Federal. No exercício de 2023 foi transferido para o longo prazo o total de R\$ 3.356. Os valores a receber ao findar de junho de 2024 referem-se ao ressarcimento dos salários pagos aos funcionários cedidos ao município de Porto Alegre, a Secretária Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

11.2 Cessão de Pessoal a Outras Entidades – Trata-se do ressarcimento de salários pagos a dois funcionários cedidos, sendo um para o Conselho Federal de Enfermagem e outro para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

11.3 Devoluções, abatimentos e multas a fornecedores – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.

11.4 Adiantamentos a Terceiros – São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos funcionários no início do próximo mês.

11.5 Processos Seletivos – São créditos a receber oriundos de taxas de inscrição em concursos públicos arrecadadas por empresas contratadas pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. para elaboração de processos seletivos.

11.6 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Refere-se a um termo de transação com o Município de Porto Alegre – RS, datado de 12 de maio de 2016, sobre a ação judicial de repetição de indébito, referente à imunidade tributária dos tributos municipais. O valor a receber de R\$ 10.348 corresponde ao saldo de duas parcelas, uma com vencimento em julho de 2018 e outra em julho de 2019 devidamente atualizadas pela UFM. Em decorrência das dificuldades do município em dispor de recursos financeiros e as necessidades do GHC de dispor de terrenos e imóveis para qualificação das suas Unidades Básicas de Saúde, está sendo negociada a execução do termo de transação. Os demais créditos a receber decorrentes deste processo estão registrados no longo prazo.

11.7 Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais – Resultam de um acordo judicial realizado em fevereiro de 2015 com a empresa Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 4 a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro.

11.8 Outros Créditos a Receber – São créditos a receber referentes a aluguéis de áreas físicas para associações de funcionários e, também, de uma sala destinada a cafeteria localizada no pavimento térreo do Centro Administrativo do GHC, locada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP, a 51ª parcela do contrato de exclusividade, pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha, depósitos judiciais do Banco do Brasil S.A, pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda. e rendimentos de aplicações financeiras referentes ao terceiro decêndio de junho de 2024, sem liquidez imediata, disponível somente no mês de julho de 2024.

NOTA 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Convênio	63	61
Créditos e Valores – Clientes	40.127	40.127
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Cível	215	215
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	19.038	18.655
Depósitos Judiciais Trabalhistas	17.895	18.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – COFINS	697	680
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ICMS	1.432	1.400
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Municipais	9.401	9.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ADIR/Estadual	410	406
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Federais	-	43.966
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(8.517)	(8.515)
Total	80.761	124.797

12.1 Convênios – Refere-se ao valor repassado em 27 de janeiro de 2010 à entidade conveniada denominada Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais foram recebidas somente quarenta parcelas, restando vinte parcelas a receber. No exercício de 2023 o saldo foi reclassificado para longo prazo.

12.2 Créditos e Valores: a) De Clientes – São valores faturados contra o Município de Porto Alegre/RS pelos serviços prestados durante os meses de maio de 2014 a novembro de 2017, ainda pendentes de recebimento. Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a título de complemento de faturamento. Com a finalidade de realizar esses créditos o Hospital ingressou com ação judicial de cobrança. b) De Repetição de Indébito Cível – Resultado de uma sindicância no valor de R\$ 84 transferido do ativo circulante para o longo prazo, em maio de 2021, contra a empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. e mais quatro ações de regresso contra a Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. no valor de R\$ 131, totalizando R\$ 215.

12.3 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 4.934, aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 12.344, Canoas, R\$ 294, Sapucaia do Sul, R\$ 428 e Fortaleza, R\$ 1.038. Os saldos são compostos pelo principal e as devidas atualizações nos casos de precatório emitidos.

12.4 Depósitos Judiciais Cíveis – Depósitos destinados a garantir o pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização, atualizados pelo índice de correção da poupança.

12.5 Depósitos Judiciais Trabalhistas – São valores depositados na Caixa Econômica Federal – CEF para interposição de recursos na justiça do trabalho. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

12.6 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Oriundos de ações judiciais tributárias de repetição de indébito: a) Da COFINS – Está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebida; b) Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, com precatório emitido. As duas ações estão sendo atualizadas pela SELIC; c) Dos Tributos Municipais – Também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre/RS, cujo acordo assinado em 12 de maio de 2016, deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de dação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889, a segunda parte no valor de R\$ 9.872 deve ser paga com recursos financeiros registrados no ativo circulante (Nota 11.7), e a terceira parte deverá ser quitada pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 827, e a construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 8.574, totalizando R\$ 9.401; d) Do Adicional de Imposto de Renda – ADIR/Estadual – Pago de outubro de 1991 a outubro de 1993, este processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543; e) Dos Tributos Federais – referentes à ação de repetição de indébito da imunidade tributária, cujo trânsito em julgado ocorreu em 27 de outubro de 2021 e o recebimento ocorreu por meio de precatório em abril de 2024.

12.7 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Referem-se a provisão para perdas da cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, importando em R\$ 4.874. Composta também por municípios do mesmo estado em R\$ 3.495. Em maio de 2021 foi transferido para esta conta R\$ 84 referente à provisão para perdas do valor não recebido da empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. relacionado ao resultado da sindicância nº 04/2015. Em maio de 2023 foi reclassificado o convênio Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor de R\$ 63, valor atualizado do período encerrado em 30 de junho de 2024. A variação diminutiva nesta conta refere-se a reversão de PECLD de processos judiciais de cobrança que tiveram precatórios expedidos.

NOTA 13 ATIVOS CONTINGENTES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Contribuições Previdenciárias	1.048.515	1.029.987
Total	1.048.515	1.029.987

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização possível, referente às ações de repetição de indébito das contribuições previdenciárias (INSS Patronal e Terceiros), originárias do processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 24 de agosto de 2018.

NOTA 14 INVESTIMENTOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Participações Societárias	2.973	6.967
Em Outras Empresas	89	89
Em Outros Investimentos – AHPA	2.884	6.878
Perdas Estimadas	(40)	(4.149)
Em Outras Empresas	(40)	(40)
Em Outros Investimentos – AHPA	-	(4.109)
Total	2.933	2.818

As participações societárias em outras empresas foram colocadas à venda. O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se à participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não, da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio líquido da AHPA, apurado no último balancete que estiver fechado, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no Art. 49 do Estatuto Social da Associação. No primeiro semestre de 2024, a participação societária na AHPA reduziu sua perda em R\$ 115 (R\$ 245 no mesmo período de 2023) com base no balancete de junho de 2024. No segundo trimestre não foi calculada a provisão para perda de investimentos tendo em vista a intempestividade no recebimento do balanço da AHPA.

Balancete Patrimonial e Demonstração do Resultado da AHPA	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante	4.549	3.458
Ativo Não Circulante	9.871	10.324
Total do Ativo	14.420	13.782
Passivo Circulante	3.804	5.042
Passivo Não Circulante	4.854	3.718
Patrimônio Líquido	5.420	5.178
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.078	13.938
Receitas	11.181	19.276
Despesas	(10.839)	(19.432)
Superávit (Déficit) do Período	342	(156)
Serviços Prestados para Unidades Hospitalares do GHC (em reais)	6.915.362	12.514.123
Roupa Processada para o GHC (em quilos)	1.931.758	4.416.111

NOTA 15 IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

15.1 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Imobilizado

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2023	01/01/2024 a 30/06/2024			30/06/2024
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
IMOBILIZADO						
Terrenos	-	55.279	-	-	-	55.279
Edificações	10 a 60	143.013	-	-	-	143.013
Edificações em Imóveis de Terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	50 a 60	3.194	-	-	-	3.194
Instalações	5 a 60	79.443	-	-	571	80.014
Instalações em Imóveis de Terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	3 a 25	191.859	475	(872)	7.392	198.854
Outras Máquinas e Equipamentos	3 a 25	9.375	298	(15)	1.095	10.753
Móveis e Utensílios	3 a 25	23.450	221	(140)	611	24.142
Veículos	5 a 10	1.383	-	-	-	1.383
Equipamentos de Processamento de Dados	3 a 20	45.326	349	(116)	984	46.543
Construções em Andamento	-	101.925	18.319	-	(880)	119.364
Outras Imobilizações em Andamento	-	18.195	27.742	-	(9.773)	36.164
Subtotal		672.818	47.404	(1.143)	-	719.079
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
Edificações	-	(51.709)	(1.620)	-	-	(53.329)
Edificações em Imóveis de Terceiros	-	(241)	(1)	-	-	(242)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(943)	(24)	-	-	(967)
Instalações	-	(37.712)	(1.894)	-	-	(39.606)
Instalações em Imóveis de Terceiros	-	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	-	(140.603)	(5.012)	799	-	(144.816)
Outras Máquinas e Equipamentos	-	(5.935)	(247)	12	-	(6.170)
Móveis e Utensílios	-	(16.027)	(675)	126	-	(16.576)
Veículos	-	(1.265)	(26)	-	-	(1.291)
Equipamentos de Processamento de Dados	-	(35.911)	(1.895)	110	-	(37.696)
Subtotal		(290.355)	(11.394)	1.047	-	(300.702)
Total		382.463	36.010	(96)	-	(418.377)

Nota: Vida útil Estimada em Anos

15.2 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Direito de Uso

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2023	01/01/2024 a 30/06/2024			30/06/2024
		Custos	Adições	Depreciação	Transf.	Custos
DIREITO DE USO						
Direito de Uso	5	2.111	651	-	-	2.762
Depreciação Acumulada	-	(1.978)	-	(238)	-	(2.216)
Total		132	651	(238)	-	546

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

15.3 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Intangível

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
			31/12/2023	01/01/2024 a 30/06/2024		
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
INTANGÍVEL						
Software	3	955	-	-	-	955
Marcas e Patentes	-	16	-	-	-	16
Potencial Construtivo	-	892	-	-	-	892
Amortização Acumulada - Software	-	(955)	-	-	-	(955)
Total		908	-	-	-	908

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

Não houve alteração no saldo do intangível durante o primeiro semestre de 2024. Os softwares, embora totalmente amortizados, continuam sendo utilizados. Os valores registrados na conta de marcas e patentes se referem ao custo com o registro da marca “GHC” e com o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI do pedido de patente (modelo de utilidade) do equipamento denominado “Sistema de instalação de soluções e aero câmara para aerossóis com porta para sistema fechado de aspiração para pacientes submetidos à Ventilação Artificial”. O potencial construtivo tem origem em indenização por desapropriação pelo município de imóvel situado na esquina da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia, em Porto Alegre/RS e será utilizado futuramente na aprovação do projeto para construção de outro prédio.

NOTA 16 PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos com Partes Relacionadas

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
	AHPA	AHPA
Investimentos	2.884	2.769
Total	2.884	2.769

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

16.2 Efeitos no Resultado

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
RECEITAS E DESPESAS	AHPA	AHPA
Serviços de Higienização de Roupas	6.915	12.514
Perdas Estimadas com Investimentos	115	70
Total	7.030	12.584

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

A Política de Transações com Partes Relacionadas elaborada nos termos da legislação em vigor, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2014/NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/12/2018 e revisada em 22 de dezembro de 2021, conforme Ata 149 do Conselho de Administração. As transações efetivadas serão analisadas anualmente, a fim de se avaliar a conveniência de sua manutenção. A Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se ao Contrato nº 438/2021, de 28 de setembro de 2021 e aos aditivos o nº 270/23 renovação do contrato, nº 388/23 ajuste de cláusula e aditivo nº 427/23 reequilíbrio do contrato, cujo objeto é a prestação de serviços de higienização de roupas ao Hospital, com vigência de doze meses, podendo ser prorrogado até o limite legal. A participação societária na AHPA está descrita na Nota 14.

16.3 Remuneração Paga ao Pessoal-Chave da Administração

	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Diretoria Executiva	4	775	4	1.178
Remuneração	-	664	-	1.103
Remuneração Variável a Administradores	-	59	-	-
Um Terço de Férias	-	-	-	-
Gratificação Natalina	-	-	-	-
FGTS	-	52	-	75
Conselho de Administração	6	108	6	113
Conselho Fiscal	3	54	3	107
Comitê de Auditoria	3	72	3	96
Total	16	1.009	16	1.494

A Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do dia 04 de abril de 2023 designou para o cargo de Diretor presidente o atual ocupante por dois anos. A Assembleia Geral Ordinária – AGO de 14 de abril de 2023 elegeu um membro do Conselho de Administração, prorrogou a gestão de quatro Conselheiros de Administração, e reelegeu os membros do Conselho Fiscal. Na mesma data o Conselho de Administração exonerou dois Diretores Executivos e designou o Diretor Presidente para responder cumulativamente pelos cargos de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico até a eleição dos indicados pelo Ministério da Saúde. A AGE de 15 de junho de 2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17 de março de 2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. Os Conselheiros de Administração e Fiscal recebem a mesma remuneração mensal. Os três membros do Comitê de Auditoria foram eleitos pelo Conselho de Administração em 24 de setembro de 2018, com mandato de um, dois e três anos e remuneração mensal de quatro mil reais. Um dos membros foi reeleito em 29 de agosto de 2019 e o outro em 22 de setembro de 2020, ambos por três anos e o terceiro membro foi substituído em 22 de setembro de 2021. O substituto tem mandato de três anos. O terceiro membro eleito em 22 de setembro de 2021 renunciou conforme Ata 170 do Conselho de Administração em 08 de março de 2022, cujo cargo foi ocupado em 27 de outubro de 2023, ata do Conselho de Administração nº 296. O maior, o menor e a média, da remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria consta na nota 33. Em 07 de julho de 2023, conforme Ata 273 do Conselho de Administração em reunião extraordinária elegeu o Diretor Administrativo Financeiro, na mesma data e em reunião de mesma natureza o Conselho de Administração nomeou mais um conselheiro, conforme texto da ata 274. Em 08 de agosto de 2023, conforme Ata 281 o Conselho de Administração em reunião extraordinária elegeu os Diretores de Atenção à Saúde e de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação.

NOTA 17 FORNECEDORES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	43.007	23.369
Total	43.007	23.369

São registradas nesta conta as obrigações decorrentes de contratos, de acordo com a entrega dos materiais ou dos serviços adquiridos. O pagamento ocorre de acordo com o prazo de vencimento contratado, normalmente de até trinta dias após a data de recebimento do produto ou serviço. O saldo em aberto se compõe basicamente dos valores a vencer após 30 de junho de 2024.

NOTA 18 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores	309	274
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas na Folha de Pagamento	6.933	6.062
Obrigações Sociais e Previdenciárias – FGTS	9.152	-
Obrigações Trabalhistas	15	6
Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos	181	177
Total	16.590	6.519

As obrigações sociais e previdenciárias referem-se à contribuição previdenciária retida sobre o valor das notas fiscais de serviços, com cessão de mão de obra e aos valores retidos sobre a folha de pagamento, ambas com vencimento no mês seguinte. As obrigações trabalhistas são saldos de salários a pagar devolvidos pelo banco devido a problemas nas contas bancárias dos funcionários e o reembolso ao pessoal cedido de outros órgãos no valor de R\$ 15, devidos ao Município de Porto Alegre/RS, parte em cobrança judicial. O restante devido à Secretaria Estadual de Saúde, ao Município de Cristal e à Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa/RS.

NOTA 19 PROVISÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de Férias	142.813	149.739
Provisão para 13º Salário	26.559	-
Total	169.372	149.739

As duas provisões foram calculadas com encargos de 8% referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a provisão de férias, a qual inclui também um terço de férias, conforme legislação vigente.

NOTA 20 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Obrigações Tributárias	21.768	36.236
Total	21.768	36.236

O saldo do período findo em 30 de junho de 2024 é composto pelo imposto de renda retido na fonte (IRRF) decorrente dos rendimentos do trabalho informado no e-social, bem como pelas retenções federais que passaram a ser incluídas no DARF agregado numerado originado pela transmissão da DCTF Web no início do mês subsequente a da ocorrência do fato gerador, conforme disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021, e na IN RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023.

NOTA 21 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2024		31/12/2023	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Contribuições Sociais				
Contribuições Previdenciárias	-	5.960	-	5.761
Total	-	5.960	-	5.761

Foram provisionadas nesta conta em 31 de dezembro de 2021 no passivo não circulante, as contribuições previdenciárias não retidas que se referem aos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros) que em função do Hospital ter obtido a imunidade tributária e estar imune ao pagamento da cota patronal e terceiros. A legislação vigente prevê a retenção de 20% e não 11%, como efetivamente foi retido de 2018 a 2021, gerando uma diferença de 9%, não retida para aqueles contribuintes não abrangidos pelo Mandado de Segurança nº 2003.71.00.034766-2/RS ajuizado pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERGS que dispensa o empregador dos filiados daquele sindicato de reter 20% podendo continuar a reter 11%. Como a retenção efetuada foi feita indistintamente para todos os contribuintes individuais a alíquota de 11%, a diferença de 9% foi auditada pela Receita Federal do Brasil, que intimou o Hospital a retificar as Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP's de 2018 e 2019. Cabe destacar que o processo de fiscalização referente ao exercício de 2018 e 2019 encontra-se concluso, todos os valores a pagar decorrentes das GFIP's que foram retificadas, e atualizadas mensalmente até o mês de abril de 2023 e pagas. Embora os anos de 2020 e 2021 não estejam incluídos na fiscalização da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais foram provisionadas.

NOTA 22 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

22.1 Com Classificação de Risco Praticamente Certo

Contas		Período Atual			
		30/06/2024			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	2.065	441.646	50.795	(114.312)	378.129
Indenização Cível	80	7.343	2.266	(271)	9.338
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.146	528.683	53.061	(114.583)	467.161

Contas		Período Anterior			
		31/12/2023			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	2.098	397.752	88.026	(44.132)	441.646
Indenização Cível	26	3.601	3.761	(19)	7.343
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.125	481.047	91.787	(44.151)	528.683

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

22.2 Com Classificação de Risco Provável

Contas		Período Atual			
		30/06/2024			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.169	399.668	14.336	-	414.004
Indenização Cível	80	11.705	1.658	-	13.363
Indenização Cível - Imunidade	1	1.293	50	(1.302)	41
Total	1.250	412.666	16.044	(1.302)	427.408

Contas		Período Anterior			
		31/12/2023			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.109	418.589	(18.921)	-	399.668
Indenização Cível	60	36.881	(25.176)	-	11.705
Indenização Cível - Imunidade	1	1.264	29	-	1.293
Total	1.170	456.734	(44.068)	-	412.666

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

As provisões são reavaliadas periodicamente, conforme estipula o Item 59 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e evidenciam a melhor estimativa corrente na data do balanço. Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável no passivo não circulante. Os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na maioria dos casos, são movidos por pacientes e tem como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensionamento vitalício. A partir de 2020 o orçamento destinado ao pagamento dos precatórios é transferido para o Tribunal Regional do Trabalho - TRT4, que é o responsável por realizar os pagamentos aos beneficiários, razão pela qual os recursos financeiros correspondentes são repassados diretamente para o referido tribunal e a provisão é baixada. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão está contabilizada no passivo circulante e não circulante, é atualizada mensalmente pela cláusula contratual e conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável, respectivamente. Os processos judiciais trabalhistas e cíveis têm seus valores de provisão atualizados mensalmente, por índices de inflação, em conformidade com a determinação judicial de cada processo, portanto, não há um índice padrão para todos os processos. São aplicados os seguintes índices de atualização monetária: IGP-M, IPCA, SELIC e TR. Há casos especiais em que, são aplicados juros de mora na ordem de 0,5% ou 1,0% ao mês, conforme a determinação judicial.

22.3 Com Classificação de Risco Possível

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2024		31/12/2023	
	Processos ¹	Valores Estimados	Processos ¹	Valores Estimados
Processos Judiciais				
Processos Cíveis	417	103.515	440	95.278
Processos Trabalhistas	1.240	219.392	1.408	227.664
Total	1.657	322.907	1.848	322.942

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

Os processos classificados com grau de risco possível, não são contabilizados, são apenas divulgados em notas explicativas, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

NOTA 23 SUBVENÇÕES A REALIZAR

Contas	Período Atual					
	30/06/2024					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Dotação Suplementar	Valor Realizado	Cancelado/Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	84	805.088	-	(803.169)	(1.922)	81
Manutenção do Custeio	22.793	275.674	-	(172.114)	(5)	126.348
Reformas	6.335	3.358	-	(3.907)	(17)	5.769
Demais Custeios	-	3	-	(3)	-	-
Atenção à Saúde	282	-	-	(111)	-	171
Crédito Extraordinário	-	-	62.500	(2.055)	-	60.445
Total	29.494	1.084.123	62.500	(981.359)	(1.944)	192.814

Contas	Período Anterior					
	31/12/2023					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Dotação Suplementar	Valor Realizado	Cancelado/Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	52	1.528.082		(1.515.517)	(12.533)	84
Manutenção do Custeio	17.751	270.000	41.560	(305.677)	(841)	22.793
Covid-19	589	-		-	(589)	-
Reformas	244	18.499		(3.215)	(9.193)	6.335
Demais Custeios	-	1.466		(1.457)	(9)	-
Atenção à Saúde	-	326		(44)	-	282
Total	18.636	1.818.373	41.560	(1.825.910)	(23.165)	29.494

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas no passivo circulante como subvenção para custeio de:

23.1 Subvenções para Despesas com Pessoal – Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.

23.2 Subvenções para Manutenção do Custeio – A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante. À medida que a despesa a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção.

23.3 Subvenções Covid-19 – No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19.

23.4 Subvenções para Reformas e Demais Custeios – Serve para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas), sentenças judiciais cíveis, pensões judiciais e demais despesas de custeio em geral. O valor a receber é reconhecido no ativo circulante tendo como contrapartida o

passivo circulante e a transferência para o resultado, em conta da receita, ocorre na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, contabilizada pelo regime de competência.

23.5 Atenção à Saúde – Recurso orçamentário recebido por meio da emenda 019/2023 para atender projetos de atenção à Saúde em serviços ambulatoriais e hospitalares.

23.6 Crédito Extraordinário – Em maio de 2024 foi recebido um crédito extraordinário de R\$ 62.500, a fim de atendimento de medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA 24 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2024		31/12/2023	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Arrendamentos Imobiliários				
Saldo no Início do Período	133	-	423	153
Reajuste	387	-	18	-
Pagamento	(225)	-	(461)	-
Transferência	-	-	153	(153)
Novo Contrato	205	59		
Saldo no Final do Período	500	59	133	-

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Em 2019, por ocasião da adoção inicial, foram analisados todos os contratos vigentes em que o Hospital é o arrendatário, destes apenas três de locação de imóveis como arrendatário se enquadraram na referida norma. No primeiro trimestre de 2024 havia quatro contratos e em junho de 2024 iniciou novo contrato de aluguel de imóvel para Unidade de Núcleo de Abordagem Familiar, Rua Gaston Englert, 318 com vigência até 2026. Foram considerados como arrendamento somente o valor fixo do aluguel.

NOTA 25 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Outras Contas a Pagar		
Obrigações com Entidades Públicas	4	-
Depósitos Retidos de Fornecedores	5.800	5.434
Obrigações com Outras Entidades	160	-
Total	5.964	5.434

25.1 Obrigações com Entidades Públicas – Os valores registrados nesta conta são a contrapartida do valor a receber registrado no ativo circulante como transferências de recursos a receber do Fundo Nacional de Saúde para compra de material imobilizado por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED nº 183/2019 e 137/2020.

25.2 Depósitos Retidos de Fornecedores – São valores retidos dos fornecedores de prestação de serviços com cessão de mão de obra, com base no Art. 45, Inciso IX, Alínea “a”, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC. O valor retido é depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A. e está registrado no ativo circulante na conta de depósitos vinculados ou restituíveis. A baixa vai ocorrer somente quando o valor for liberado para o fornecedor, após este comprovar que cumpriu todas as obrigações previstas na referida legislação.

25.3 Obrigações com Outras Entidades – Corresponde ao valor do suprimento de fundos (limite de crédito) colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal, utilizado para fazer pequenas compras. Representa o compromisso assumido pelo Hospital em pagar a fatura do cartão de crédito, quando aprovada a prestação de contas do suprido, no prazo máximo de sessenta dias. A contrapartida está registrada no ativo circulante na conta de adiantamentos a empregados (Nota 9).

NOTA 26 CAPITAL SOCIAL

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Ações				
Ordinárias	108.511.628	259.471	108.511.628	224.657
Preferenciais	4.530.000	10.832	4.530.000	9.379
Total	113.041.628	270.303	113.041.628	234.036

O capital é composto por ações sem valor nominal, pertence totalmente a União, e está 100% integralizado. Para as ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. A Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 09 de abril de 2024 autorizou a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital, recebidos em 2023, no montante de R\$ 36.267, gerando uma variação aumentativa no capital social, contudo não foram emitidas novas ações.

NOTA 27 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Capital Social		
Saldo no Início do Período	36.267	11.039
Valor Capitalizado	(36.267)	(11.039)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Recebidos	29.247	36.267
Saldo no Final do Período	29.247	36.267

Nesta conta, estão classificados os recursos recebidos e utilizados no pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis. O montante recebido durante o ano é capitalizado no ano seguinte até a data limite da aprovação das contas do exercício, em que ocorrer a transferência, conforme determina o Art. 2º, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, alterado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, (Nota 26). Até o encerramento contábil de 30 de junho de 2024 foram recebidos R\$ 29.247 para futuro aumento de capital no exercício de 2025.

NOTA 28 RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2024			31/12/2023		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	7.948	(192)	7.756	8.333	(385)	7.948
Total	16.978	(192)	16.786	17.363	(385)	16.978

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada, com objetivo de comparabilidade entre o valor de mercado e o valor contábil. A realização ocorre na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados. A provisão para IRPJ e CSLL constituída na época foi baixada após a obtenção da imunidade tributária.

NOTA 29 AJUSTES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**29.1 Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2024			31/12/2023		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	14.252	(466)	13.786	15.184	(932)	14.252
Total	41.247	(466)	40.781	42.179	(932)	41.247

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da ICPC 10, Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram

constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante, valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL obtida com a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

NOTA 30 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	
Receitas					
Receitas com Pesquisas	599	1.066	809	1.861	25,96%
Receitas com Estágios	503	503	2	2	-
Receitas com Sócios Locatários	2	5	2	5	-
Total	1.104	1.574	813	1.868	35,79%

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e da taxa de alimentação dos sócios locatários (Nota 5).

NOTA 31 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	
Custos dos Serviços					
Salários e Encargos	(329.895)	(654.541)	(295.146)	(584.178)	11,77%
Benefícios da Folha de Pagamento	(20.555)	(36.409)	(19.630)	(36.053)	4,71%
Provisões Trabalhistas	(36.738)	(53.713)	(26.720)	(58.196)	37,49%
Consumo de Material	(50.644)	(102.634)	(50.306)	(95.914)	0,67%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	(6.783)	(13.196)	(6.528)	(12.783)	3,91%
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(27.479)	(55.772)	(24.020)	(46.381)	14,40%
Depreciações/Amortizações	(4.236)	(8.386)	(4.361)	(8.764)	-2,87%
Encargos Tributários	(19)	(38)	(18)	(37)	5,56%
Total	(476.349)	(924.689)	(426.729)	(842.306)	11,63%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação
	30/06/2024	30/06/2023	
Empregados Efetivos	9.157	8.652	5,84%
Empregados Temporários	776	15	5073,33%
Médicos Residentes	413	390	5,90%
Residentes Multiprofissionais	135	141	-4,26%
Total	10.481	9.198	13,95%

O custo dos serviços prestados compreende todos os custos diretos aplicados na produção dos serviços tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas (médicos residentes, residência multiprofissional), jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, aluguéis, conservação reparos e manutenção, entre outros), depreciações, amortizações e encargos tributários (IPTU sobre aluguéis, taxa de coleta de lixo, contribuição para custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base no custo de cada setor diretamente vinculado ao custo dos serviços prestados. A elevação nos gastos com salário e encargos no exercício de 2024 refere-se aos dissídios aplicados a diversas categorias de empregados e em função das contratações emergenciais, conforme Portaria 3361/2024, que dispõe sobre a contratação temporária, em virtude do estado de calamidade, e aumento do quadro efetivo. O aumento no custo do consumo de materiais está relacionado com o aumento de preço de diversos materiais de insumo, bem como em função da alta demanda após os desastres naturais que afetaram o estado do Rio Grande do Sul.

NOTA 32 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	
Despesas					
Salários e Encargos	(27.598)	(55.020)	(24.938)	(50.026)	10,67%
Benefícios da Folha de Pagamento	(1.329)	(2.513)	(1.352)	(2.495)	-1,63%
Provisões Trabalhistas	(3.878)	(5.633)	(2.778)	(6.143)	39,60%
Consumo de Material	(1.822)	(3.221)	(948)	(1.834)	92,19%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	(12)	(12)	-	-	-
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(9.478)	(17.204)	(6.265)	(12.382)	51,28%
Depreciações/Amortizações	(1.634)	(3.248)	(1.631)	(3.280)	0,18%
Encargos Tributários	(6)	(12)	(11)	(16)	-45,45%
Total	(45.757)	(86.863)	(37.923)	(76.176)	20,66%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação
	30/06/2024	30/06/2023	
Empregados Efetivos	723	682	6,01%
Empregados Temporários	67	-	100%
Total	790	682	15,84%

As despesas gerais e administrativas compreendem todas as despesas aplicadas nos serviços administrativos, tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros, aluguéis,

conservação, reparos e manutenção, etc.), depreciação e encargos tributários (taxa de coleta de lixo, contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base na despesa de cada setor diretamente vinculado as despesas gerais e administrativas. A elevação nos gastos com salário e encargos no exercício de 2024 refere-se aos dissídios aplicados a diversas categorias de empregados e em função das contratações emergenciais, conforme Portaria 3361/2024, que dispõe sobre a contratação temporária, em virtude do estado de calamidade, e aumento do quadro efetivo. O aumento nas despesas com serviços prestados por pessoa jurídica está relacionado com o aumento no preço de diversos serviços contratados, (vigilância, informática, limpeza, estágios, energia elétrica, entre outros), bem como em função da alta demanda após os desastres naturais que afetaram o estado do Rio Grande do Sul.

NOTA 33 REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS PAGOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

33.1 Remuneração

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2024			31/12/2023		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretoria Executiva	27.680	27.680	27.680	27.680	27.680	27.680
Conselho de Administração	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999
Conselho Fiscal	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999
Comitê de Auditoria	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Empregados	44.008	2.339	10.191	41.650	2.308	10.628

Nota: Valores em Unidades de Reais.

33.2 Benefícios a Empregados

	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2024		31/12/2023	
	Valores	Média	Valores	Média
Vale Transporte	4.998.201	352	9.321.027	358
Vale Alimentação	29.411.073	530	53.348.991	528
Auxílio Creche	3.134.092	935	6.487.710	977
Total	37.543.366	-	69.157.728	-

Nota: Valores em Unidades de Reais.

33.3 Diárias e Ajuda de Custo

	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2024		31/12/2023	
	Diárias	Passagens	Diárias	Passagens
Administradores	60	112	60	92
Empregados	154	418	161	408
Total	214	530	221	500

Nota: Valores em Milhares de Reais.

Em cumprimento a Resolução nº 30 de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/16, Art. 12, Inciso I, combinado com o Art. 19 do Decreto nº 8.945/16, informamos no quadro acima a remuneração mensal e individual do pessoal chave da administração e empregados, incluindo vantagens pessoais, adicionais, horas extras e despesas vinculadas à remuneração paga aos empregados.

Na linha remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro do conselho de administração, nem um terço de férias paga anualmente e o FGTS depositado em conta vinculada mensalmente demonstrados na Nota 16.3. A Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17 de março de 2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. A despesa consolidada com a remuneração da diretoria executiva, dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e comitê de auditoria totalizou no período de janeiro a junho de 2024 R\$ 1.009, sendo R\$ 635 no mesmo período de 2023 (Nota 16.3). Para o exercício de 2024 os acionistas fixaram na Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2024 o montante de R\$ 2.810, a serem pagos aos administradores (Diretor-Presidente, demais diretores e membros do Conselho de Administração); Conselho Fiscal o valor de R\$ 108 e para o Comitê de Auditoria a importância de R\$ 144, no período compreendido entre abril de 2024 e março de 2025. Cabe destacar que os benefícios a empregados foram apresentados considerando os valores do exercício de 2024, primeiro semestre, sendo que a média de beneficiados com vale transporte foi de 2.365 empregados, 9.254 para vale alimentação e 559 empregadas beneficiadas com auxílio creche. Os gastos elevados com diárias e passagens no primeiro semestre de 2024 (quando comparado com o exercício de 2023) tem relação com a força tarefa enviada pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição para auxílio aos hospitais federais do Rio de Janeiro.

NOTA 34 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	
Outras Receitas Operacionais					
Doações Recebidas – Ministério da Saúde	2.542	2.877	872	1.020	191,51%
Doações Recebidas – Empresas Privadas	103	262	226	500	-54,42%
Doações Recebidas – Município de Porto Alegre (RS)	5	12	18	47	-72,22%
Doações Recebidas – Secretaria Estadual de Saúde (RS)	40	64	3	10	1233,33%
Doações Recebidas – Bens Móveis e Imóveis	5	12	28	4.368	-82,14%
Doações Recebidas – Enchentes	155	155	-	-	-
Exclusividade – Prestação de Serviços Bancários	2.207	4.370	2.142	4.258	3,03%
Exclusividade – Gestão Empréstimos Consignados	50	99	43	83	16,28%
Receita Eventual – Recuperação de Créditos	73	453	26	43	180,77%
Receita Eventual – Multas Contratuais	106	256	183	845	-42,08%
Comissão por Intermediação de Negócios	-	426	-	-	-
Aluguéis	36	72	36	72	-
Reversão de Provisões para Investimentos	-	115	-	-	-
Total	5.322	9.173	3.577	11.246	48,78%

34.1 Doações Recebidas – Compõem esta conta as doações recebidas de entes públicos e privados entre os quais destacamos as doações recebidas do Ministério da Saúde, dos patrocinadores de pesquisas, que doam medicamentos para serem utilizados nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Hospital. As empresas privadas, doam material de consumo e bens móveis. Em 2023 foram doados bens que estão em imobilização em andamento, no montante de R\$ 4.338 referente ao projeto Teleoftalmo que operacionalmente não está em execução.

34.2 Exclusividade na Prestação de Serviços Bancários – Receita decorrente do contrato pela centralização do processamento da folha de salários e demais movimentações financeiras de pagamento a credores, com o Banco do Brasil S.A, por sessenta meses a contar de 03 de abril de 2020.

34.3 Exclusividade na Gestão de Empréstimos Consignados – São receitas pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados, com fornecimento de um sistema que executa o controle operacional e gerencial das operações de empréstimos pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda.

34.4 Receitas Eventuais – Composta por várias receitas, como a recuperação de créditos, que é a baixa de valores provisionados como perdas, devido ao seu recebimento em outro exercício, receitas de multas contratuais aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais.

34.5 Comissão por Intermediação de Negócios – Repasse recebido em contrapartida à arrecadação de taxas para a inscrição em concursos, realizados por empresa contratada.

34.6 Aluguéis – De área física a associações de funcionários e também de uma sala, localizada no Centro Administrativo do GHC, destinada à cafeteria alugada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP. Os contratos em que o Hospital é o arrendador são classificados como arrendamento operacional, conforme a norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Os recebimentos são registrados mensalmente como receita de aluguel e apropriados segundo o regime de competência.

34.7 Reversão da Provisão com Investimentos – Referente ao resultado positivo apurado no primeiro semestre de 2024 da AHPA, refletindo com variação diminutiva na conta de perdas com investimento no ativo.

NOTA 35 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	
Outras Despesas Operacionais					
Provisão para Indenização Trabalhista	(39.550)	(71.024)	(39.870)	(58.118)	-0,80%
Reversão da Provisão para Indenização Trabalhista	106.673	110.040	20.704	25.908	415,23%
Provisão para Indenização Cível	(4.187)	(7.529)	(835)	(5.638)	401,44%
Reversão da provisão para Indenização Cível	4.906	5.174	423	2.929	1059,81%
Provisão para Indenização Cível – Imunidade Tributária	(38)	(50)	(14)	(28)	171,43%
Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa	(22)	(62)	(122)	(186)	-81,97%
Reversão para PECLD (Clientes)	-	114	-	-	-
Perdas Estimadas com Estoques	(765)	(1.550)	(540)	(1.066)	41,67%
Reversão para Perdas Estimadas com Estoques	716	1.491	533	1.074	34,33%
Perdas Estimadas com Investimentos	-	-	(243)	(245)	-
Provisão para Riscos Fiscais	(130)	(199)	(125)	(246)	4,00%
Encargos Judiciais	(362)	(720)	(367)	(716)	-1,36%
Mensalidades Associativas	(56)	(115)	(47)	(97)	19,15%
Perdas Patrimoniais	(73)	(96)	(42)	(57)	73,81%
Perdas Eventuais – Multas Contratuais	-	-	-	(4)	-
Perdas Eventuais – Outros Créditos	(18)	(280)	(224)	(305)	-91,96%
Total	67.094	35.194	(20.769)	(36.795)	-423,05%

Compreendem as despesas apropriadas com base no regime de competência, referente às provisões para indenização cíveis e trabalhistas (Nota 22), perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6), perdas com investimentos (Nota 14), provisão para perda com estoque (Nota 8), provisão para riscos fiscais (Nota 21), além de despesas com encargos judiciais (cíveis e trabalhistas), pensões vitalícias, custas e honorários advocatícios, mensalidades associativas pagas ao Sindicato dos Hospitais – SINDIOSPA, a Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE e perdas patrimoniais referentes ao valor residual dos bens baixados. Importante destacar que no segundo trimestre houve uma reversão de provisão em virtude de pagamento de precatório trabalhista.

NOTA 36 PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 1º de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas – Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A. Participam do plano apenas um empregado em 31 de março de 2024 e dois no mesmo período do exercício anterior. O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa de 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e pelos participantes. Findado junho de 2024 as contribuições do GHC totalizaram R\$ 8 (R\$ 27 no período comparativo de 2023).

NOTA 37 DESPESAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior
	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023
Despesas Financeiras				
Juros Passivos	-	(1)	(78)	(174)
Multas Compensatórias	(1)	(125)	(1)	(3)
Encargos com FGTS	-	(1)	-	(4)
Total	(1)	(127)	(79)	(181)

Nas despesas financeiras estão registradas as despesas bancárias, os juros passivos e a variação cambial, paga por ocasião do fechamento de contratos de câmbio de importação, juros referentes à atualização de contas do passivo com base no regime de competência. No segundo trimestre de 2024 não houve variação significativa nestas contas, no acumulado do exercício de 2024, a variação aumentativa se deu em função do pagamento de multa de auto de infração para o Ministério Público do Trabalho.

NOTA 38 RECEITAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	
Receitas Financeiras					
Rendimento de Aplicação Financeira	2.165	3.516	1.175	2.341	84,26%
Rendimento de Depósito Restituível ou Vinculado	-	-	-	(33)	-
Juros sobre a Repetição de Indébito de Tributos	1.356	1.748	490	986	176,73%
Juros sobre Outras Contas do Ativo	10	497	43	684	-76,74%
Variação Monetária Ativa – Depósitos Recursos (FGTS)	192	357	216	419	-11,11%
Variação Monetária Ativa – Outras Contas do Ativo	2	416	-	1	-
Total	3.725	6.534	1.924	4.398	93,61%

Nestas contas estão registrados, com base no regime de competência, os rendimentos das aplicações financeiras, os juros sobre as repetições de indêbitos registradas no realizável a longo prazo (Nota 12.5), os juros e variações sobre diversas contas do ativo e a variação cambial sobre importações de medicamentos.

NOTA 39 SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	
Repasse Recebidos					
Pessoal	384.106	733.030	311.643	616.459	23,25%
Pessoal – Devolução Depósitos Recursais Recebidos	(525)	(1.157)	(550)	(2.386)	-4,55%
Benefícios da Folha de Pagamento	24.423	46.646	23.230	41.892	5,14%
Médicos Residentes	5.150	9.866	9.438	14.095	-45,43%
Residência Multiprofissional	1.672	3.303	1.732	3.267	-3,46%
Sentenças Judiciais Trabalhistas	5.288	9.550	4.683	11.246	12,92%
Sentenças Judiciais Cíveis	-	4	10	12	-
Manutenção Custeio	83.537	145.905	77.537	127.271	7,74%
Manutenção Custeio – Repasse Não Recebido	854	26.209	2.029	23.967	-57,91%
Manutenção Custeio – Cancelamento de Repasse	(7)	(9)	-	(41)	-
Manutenção Custeio – Emenda 19/2023	29	111	-	-	-
Manutenção Custeio – Crédito Extraordinário MP1248/2024	2.055	2.055	-	-	-
Reformas	1.914	3.907	270	1.015	608,89%
Pensões	361	719	342	681	5,56%
Demais Custeios	(2)	(2)	-	-	-
Regularização de Subvenções	-	-	(46)	(78)	-
Total	508.855	980.137	430.318	837.400	18,25%

Os repasses financeiros recebidos do Ministério da Saúde e os valores com cotas do orçamento, foram classificados na receita como subvenção para custeio, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, são reconhecidos na receita quando utilizados, na mesma proporção das despesas. Servem para custear todas as despesas de pessoal, encargos, benefícios da folha, indenizações cíveis e trabalhistas e demais custeios. Os recursos repassados pelo Ministério da Saúde, que eram oriundos de prestação de serviços, passaram a ser disponibilizados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 14.822, de 22 janeiro de 2024, e nº 14.535, de 17 janeiro de 2023. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante (Nota 23). A despesa (material de consumo e serviços) a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente com base no regime de competência, na mesma proporção da receita que é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

NOTA 40 LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Contas	Período	Exercício	Período	Exercício	Variação
	Atual(a)	Atual	Anterior(b)	Anterior	
	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	
Lucro (Prejuízo) do Período	63.993	20.933	(48.869)	(100.546)	-
Provisão/Reversão para Indenizações Trabalhistas	(67.123)	(39.016)	19.166	32.209	-
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis	(719)	2.355	412	2.708	-
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis – Imunidade Tributária	38	50	14	28	-
Provisão/Reversão para Riscos Fiscais	130	199	125	246	-
Perdas/Ganhos com Investimentos	-	-	243	245	-
Prejuízo do Período Ajustado	(3.681)	(15.479)	(28.909)	(65.110)	-87,22%

Nota: Prejuízo do Exercício Ajustado após exclusões e adições das provisões cíveis, trabalhistas, riscos fiscais e investimento.

Para ajustar a apuração do lucro do período encerrado em 30 de junho de 2024 de R\$ 63.993 foram adicionados os impactos do resultado das provisões e reversões trabalhistas e cíveis. Após os ajustes, o resultado apurado seria menor, um prejuízo de R\$ 3.681 ao findar o segundo trimestre, (R\$ 28.809 no mesmo período de 2023). Cabe destacar que a apuração frequente de prejuízo fez com que a conta de prejuízos acumulados tornasse o Patrimônio Líquido negativo. Por ser estatal dependente e receber recursos na medida de suas necessidades financeiras somente em situações pontuais apresentará lucro.

NOTA 41 COBERTURA DE SEGUROS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2024	31/12/2023
Limite Máximo de Indenização		
Incêndios	204.330	204.330
Roubos e/ou Furtos de Bens	2.724	2.724
Responsabilidade Civil das Operações	2.724	2.724
Veículos	580	580
Seguro de Vida em Grupo	57	57
Seguro Responsabilidade Civil para Administradores	12.150	-
Total	222.565	210.415

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros contra o patrimônio. A apólice para cobertura de incêndio (inclui explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza), roubos e/ou furtos de bens e responsabilidade cível, tem vigência de 13/08/2023 a 12/08/2024 e a apólice do seguro dos veículos para cobertura de danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez permanente, tem vigência de 18/11/2023 a 18/11/2024, 24h. O seguro de vida em grupo contratado em cumprimento a Lei nº 11.788/08, Art. 9º, Inciso IV, Parágrafo Único, para a Residência Multiprofissional desde 18/09/2017, prevê cobertura de assistência funeral, invalidez por doença ou por acidente parcial ou total, está sendo renovada anualmente, a vigência do aditivo atual é de 24/11/2023 a 23/11/2024. No segundo trimestre de 2024 foi contratado seguro para cobertura de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) com vigência anual a contar de 30/04/2024.

NOTA 42 DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao Inciso VI do Art. 8º da Lei nº 13.303/16, informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/03/2024	31/03/2023	
PRODUÇÃO/QUANTIDADE			
Consultas	452.415	341.315	32,55%
Procedimentos	113.994	179.135	-36,36%
SADT	727.406	1.053.396	-30,95%
Internações	15.863	13.006	21,97%
Cirurgias/Curetagens e Outros	18.374	7.711	138,28%
Partos	1.856	1.691	9,76%
Total	1.329.908	1.596.254	-16,69%
INDICADORES HOSPITALARES (MÉDIA)			
Média de Permanência	7,5 dias	6,4 dias	17,19%
Taxa de Ocupação Hospitalar	85,3%	70,8%	20,48%
Taxa de Mortalidade Institucional	3,9%	1,9%	105,26%

Legenda: SADT- Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêuticos; inclusos sessões de fisioterapia, quimioterapia e exames.

O Hospital Nossa Senhora da Conceição adotou, a partir de janeiro de 2024, novo software para informar a produção das suas unidades hospitalares, a saber: o Tab Win. Este programa tem por finalidade permitir às equipes técnicas do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde alimentar os sistemas de informações do SUS - Sistema Único de Saúde. Os indicadores de produção de serviços antes eram gerados pelo GHC Sistemas, software próprio, o qual, atualmente, tem por objetivo produzir informações para tomada de decisão interna. A produção quantitativa fica disponível, aproximadamente, 60 dias após o fechamento do período no Sistema Tab Win, portanto o primeiro trimestre de 2024 será apresentado nas demonstrações contábeis parciais subsequentes. Os indicadores acima listados sintetizam a produção qualitativa do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS.

NOTA 43 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Durante o primeiro trimestre de 2024 e exercício de 2023, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., foram em cumprimento aos seus objetivos sociais (Art. 2º do Estatuto Social), e estão contabilizadas e apresentadas nas demonstrações contábeis, razão pela qual não existem valores a serem informados nesta nota explicativa, referentes a obrigações e responsabilidades assumidas em desacordo com os objetivos sociais, conforme estabelece o Inciso I, do Parágrafo 2º, do Art. 5º, do Estatuto Social da Sociedade, bem como define o Parágrafo 2º, do Inciso IX, do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

NOTA 44 CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas 7, 23 27 e 39) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

NOTA 45 ESCLARECIMENTO OPERAÇÃO HIPOCRATES

Considerando o nome do Hospital na operação Hipócrates esclarecemos que a instituição está colaborando com as investigações da Polícia Federal e fornecendo todas as informações necessárias para o andamento das apurações. O Grupo reafirma que não compactua e não compactuará com fraudes e irregularidades que prejudiquem o bom andamento do hospital e da assistência aos usuários do SUS. Até o presente momento não foi possível obter materialidade para constituição de provisão.

NOTA 46 EVENTOS SUBSEQUENTES

De 30 de junho de 2024 até a data do encerramento das demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

GILBERTO
BARICHELLO:52101282968
Assinado de forma digital por GILBERTO
BARICHELLO:52101282968
Dados: 2024.12.05 16:09:49 -03'00'

Gilberto Barichello
Diretor-Presidente
CPF 521.012.829-68

JOAO CONSTANTINO PAVANI
MOTTA:20295456000
Assinado de forma digital por JOAO
CONSTANTINO PAVANI
MOTTA:20295456000
Dados: 2024.12.05 10:03:39 -03'00'

João Constantino Pavani Motta
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 202.954.560-00

QUELEN TANIZE ALVES
DA SILVA:77966457087
Assinado de forma digital por
QUELEN TANIZE ALVES DA
SILVA:77966457087
Dados: 2024.12.05 15:59:27 -03'00'

Quelen Tanize Alves da Silva
Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação
CPF 779.664.570-87

LUIS ANTONIO
BENVEGNU:48457
990063
Assinado de forma digital por
LUIS ANTONIO
BENVEGNU:48457990063
Dados: 2024.12.05 10:21:53
-03'00'

Luis Antônio Benvegnu
Diretor de Atenção à Saúde
CPF 484.579.900-63

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO DA CUNHA SOARES**
Data: 05/12/2024 09:57:25-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Fernando da Cunha Soares
Contador CRC/RS- 093951/O-4
CPF 019.604.250-05

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas e aos Diretores do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Hospital é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 30 de junho 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o conteúdo das Notas Explicativas nº 40 e 44 que descreve o efeito gerado no resultado, pelas contingências cíveis e trabalhistas, que se adicionadas ao resultado do período, ocasionariam um passivo a descoberto de R\$ 3.681 mil em 30 de junho de 2024, ao invés de R\$ 63.993. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralização das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração

do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 03 de dezembro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

JORGE LUIZ MENEZES
CEREJA:36012440049

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ MENEZES
CEREJA:36012440049
Dados: 2024.12.09 15:18:37 -03'00'

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico



Documento assinado digitalmente
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Data: 09/12/2024 15:37:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 065932/O-7